



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 11065.000438/97-92
Recurso nº. : 122.068
Matéria : IRPF - Ex(s): 1994 e 1995
Recorrente : ÂNGELO EDUARDO ZENGLAIN
Recorrida : DRJ em PORTO ALEGRE - RS
Sessão de : 16 DE OUTUBRO DE 2001
Acórdão nº. : 106-12.279

IRPF - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - Prevalece o lançamento decorrente de acréscimo patrimonial a descoberto quando não comprovada a origem dos rendimentos que dariam suporte ao aumento patrimonial.

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO E MULTA ISOLADA - Incorreta a exigência da penalidade por atraso na entrega de declaração aplicada conjuntamente com a multa de ofício por incidirem sobre a mesma base de cálculo.

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO - Não prevalece a aplicação da multa por atraso na entrega da declaração, relativa ao exercício de 1994, por expressa falta de previsão legal.

DEDUÇÕES - Os valores das contribuições previdenciárias e do imposto de renda retida na fonte devem ser deduzidos da base de cálculo tributável, desde que devidamente comprovados.

COMPENSAÇÃO DE VALORES JÁ PAGOS - Deve ser deduzido do crédito tributário exigido, o valor de parcela paga quando restar efetivamente comprovado o seu recolhimento.

Recurso parcialmente provido.

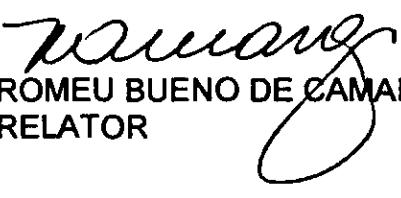
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ÂNGELO EDUARDO ZENGLAIN.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de cerceamento do direito de defesa e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso para afastar as multas por atraso na entrega da declaração, relativas aos exercícios de 1994 e 1995, compensar o imposto retido na fonte e deduzir do crédito tributário remanescente os valores já pagos pelo contribuinte, conforme DARF juntado aos autos, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 11065.000438/97-92
Acórdão nº : 106-12.279


IACY NOGUEIRA MARTINS MORAIS
PRESIDENTE


ROMEU BUENO DE CAMARGO
RELATOR

FORMALIZADO EM: **07 NOV 2002**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros SUELÍ EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, THAISA JANSEN PEREIRA, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO, LUIZ ANTONIO DE PAULA, EDISON CARLOS FERNANDES e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 11065.000438/97-92

Acórdão nº : 106-12.279

Recurso nº : 122.068

Recorrente : ÂNGELO EDUARDO ZENGLIN

R E L A T Ó R I O

Contra o contribuinte acima identificado foi emitida notificação de lançamento com exigência de crédito tributário apurado em decorrência de suposto acréscimo patrimonial à descoberto, lançamento de multa de ofício e multa por atraso na entrega de declaração.

Após a devida impugnação onde o contribuinte contesta o demonstrativo fiscal e elabora outro, concorda e efetua o pagamento conforme seu entendimento, a fiscalização através de informação fiscal, após ter constatado erro na base de cálculo da multa por atraso na entrega das declarações dos exercícios de 1994 e 1995, retifica a notificação de lançamento originária, procedendo novo lançamento e reabrindo o prazo para o contribuinte apresentar nova impugnação.

Dentro do prazo legal, o contribuinte volta a se manifestar alegando que no novo lançamento não apresenta planilhas, que a lançamento ora contestado apresenta distorções, que a legislação de regência determina que os cálculos sejam feitos em UFIR, que a cobrança do imposto suplementar não pode ser superior ao imposto calculado pela tabela progressiva, que a apuração do imposto deve levar em conta as deduções autorizadas e contesta a aplicação da multa por atraso na entrega com base em decisões do Conselho de Contribuintes.

A decisão da primeira instância julgou o lançamento procedente sob os seguintes fundamentos:



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 11065.000438/97-92
Acórdão nº : 106-12.279

- que apesar de não ter sido remetido ao contribuinte os respectivos fluxos financeiros, juntamente com a nova notificação, não foi alterado qualquer valor do fluxo original, tendo sido feito apenas a adequação à IN 46/97;
- não há previsão legal para a indexação de recursos para acobertar acréscimo patrimonial à descoberto;
- quanto à questão da dedução da contribuição previdenciária e do imposto de renda na fonte, não pode prevalecer o entendimento do contribuinte posto que o mesmo é omissivo na apresentação das declarações dos exercícios em questão;
- relativamente às multas de ofício e por atraso na entrega de declaração, sua aplicação tem previsão legal.

Regularmente cientificado da decisão de primeira instância, o contribuinte apresentou recurso voluntário com base nas seguintes argumentações;

- a notificação de lançamento é nula porque não demonstrou o fluxo financeiro, afrontando, pois, seu direito a ampla defesa;
- reitera os argumentos quanto a utilização da UFIR na elaboração do fluxo financeiro;
- ataca a recusa da autoridade julgadora em não aceitar o recolhimento de parte do crédito tributário;
- finalmente, reitera no mais todos os seus argumentos apresentados na peça impugnatória

A

É o Relatório.
L

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 11065.000438/97-92
Acórdão nº : 106-12.279

V O T O

Conselheiro ROMEU BUENO DE CAMARGO, Relator

Permanece ainda a discussão relativamente ao crédito tributário decorrente de notificação de lançamento, onde a fiscalização entendeu ter ocorrido acréscimo patrimonial à descoberto.

Verifica-se dos autos, que após a formalização do lançamento do crédito tributário e a apresentação da competente impugnação pelo contribuinte, ocorreu sua retificação pela fiscalização, com o fim específico de adequá-lo às regras da IN 46/97.

O caso em questão discute a procedência ou não de um acréscimo patrimonial à descoberto ocorrido supostamente em função da aquisição de um terreno e de um veículo.

Preliminarmente deve ser analisada a questão da nulidade do lançamento em decorrência de suposto cerceamento do direito da ampla defesa, que segundo o recorrente teria ocorrido, tendo em vista que a notificação de lançamento retificadora não apresentou o quadro com o respectivo fluxo financeiro.

Em que pese os relevantes argumentos do Recorrente, entendo que não pode prosperar tal pretensão. A notificação de lançamento que retificou a originária, simplesmente teve como objetivo adequá-la às normas da Instrução Normativa SRF nº 147/97. Nenhum valor indicado no fluxo financeiro constante do primeiro lançamento foi alterado, tendo apenas ocorrido mudanças na forma de sua cobrança, inclusive sendo mais benéfica ao contribuinte.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 11065.000438/97-92
Acórdão nº : 106-12.279

Não bastasse isso, não ficou caracterizada, em momento algum, qualquer cerceamento ao direito de defesa do Recorrente, pois verifica-se que sua impugnação se atreve a todos os itens do lançamento que foram detalhadamente refutados, inclusive quando contesta a forma utilizada para a apuração do acréscimo patrimonial por não respeitar os artigos 13, 15 e 96 da Lei 8.383/91, reportando-se expressamente ao fluxo financeiro utilizado pela fiscalização.

Por tais razões é de se rejeitar o pedido de nulidade do lançamento por cerceamento do direito de defesa, por não restar caracterizada ofensa à garantia constitucional da ampla defesa.

Relativamente à forma utilizada para a apuração do crédito tributário em litígio também não assiste razão ao Recorrente, isto porque a argumentação de que a sistemática de apuração do IR prevista nos artigos 13, 15 e 96, da Lei n.º 8.383/91 determinando que os cálculos fossem feitos em UFIR, diz respeito apenas aos demonstrativos e cálculos das declarações. Além do mais, a Medida Provisória n.º 1.542/96, com sua redação atualizada pela Media Provisória n.º 2.176-79, de agosto de 2.001, ainda em vigor, estabelece em seu artigo 29 que os débitos para com a Fazenda nacional, expressos em UFIR, serão reconvertisdos em Real, com base no valor daquela fixado para 1.º de Janeiro de 1.997, e seu § 1.º prevê que a partir de 1.º de Janeiro de 1.997, os créditos apurados serão lançados em Reais.

Portanto correta a utilização, pela fiscalização, da UFIR e sua conversão para Reais na apuração do eventual crédito tributário ora guerreado.

Quanto a alegação de que a cobrança do carnê-leão não pode ser superior ao imposto calculado na tabela progressiva, não pode prosperar pois a citada IN 46/97 estabelece com apurar o imposto de renda devido pelas pessoas físicas sob a forma de recolhimento mensal (carnê-leão) não pago, sendo que esses procedimentos foram todos aplicados pela fiscalização.

A
6
D
/

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 11065.000438/97-92
Acórdão nº : 106-12.279

O Recorrente se insurge também contra a desconsideração do recolhimento de parte do crédito tributário efetivado através do Darf de fls. 79. Sobre esse tópico, muito embora tal fato não seja suficiente para tornar nulo o presente lançamento, entendo que nesse aspecto a decisão recorrida deve ser reformada, pois nada nos autoriza concluir, como entendeu a autoridade julgadora "a quo", que esse recolhimento teria sido efetivado sobre rendimentos omitidos que não foram tributados. O que se constata é que o Recorrente realmente efetuou um recolhimento e esse valor deverá considerado como parte do pagamento do crédito tributário apurado pela fiscalização, conforme pretende o contribuinte.

No que diz respeito às deduções do imposto retido na fonte e contribuição previdenciária, tem razão o Recorrente pois apesar da omissão com relação a entrega de sua declaração de ajuste anual, restou comprovado conforme demonstrativo de fls. 27 a 31 que efetivamente ocorreu a dedução e a retenção de fonte, documentos esses que a fiscalização não demonstrou serem inidôneos.

Finalmente quanto às multas aplicadas também deve ser reformada a decisão recorrida pelos seguintes fundamentos:

Sobre a multa por atraso na entrega da declaração de rendimentos relativa ao exercício de 1994, reporto-me ao brilhante voto da ilustre ex Conselheira Ana Maria Ribeiro dos Reis que permito-me aqui reproduzi-lo em parte.

O enquadramento legal do lançamento referente à multa de 97,50 UFIR são os art. 999, II, "a" e 984 do RIR/94, aprovado pelo Decreto 1.041/94.

Analiso, portanto, estes dois dispositivos.

Assim dispõe o art. 984 do RIR/94, que tem como base legal o art. 22 do Decreto-lei 401/68 e o art. 3º, I da Lei 8.383/91, verbis:

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 11065.000438/97-92
Acórdão nº : 106-12.279

"Art. 984. Estão sujeitas à multa de 97,50 a 292,64 UFIR todas as infrações a este Regulamento sem penalidade específica."

A análise do artigo acima transscrito conduz ao raciocínio de que a multa nele prevista somente pode ser aplicada nos casos em que não houver penalidade específica para a infração apurada.

Por outro lado, assim dispõe o art. 999 do RIR/94:

"Art. 999. Serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - multa de mora:

a) de um por cento ou fração sobre o valor do imposto devido, nos casos de falta de apresentação da declaração de rendimentos ou de sua apresentação fora do prazo fixado, ainda que o imposto tenha sido integralmente pago (Decretos-lei nºs 1.967/82, art. 17, e 1.968/82, art. 8º);

.....

II - multa:

a) prevista no art. 984, nos casos de falta de apresentação de declaração de rendimentos ou de sua apresentação fora do prazo fixado, quando esta não apresentar imposto devido;"

Conclui-se que, de acordo com a alínea "a" do inciso I do artigo acima transscrito, fundamentada nos decretos-lei citados, a multa específica para os casos de entrega intempestiva da declaração de rendimentos é a multa nele prevista, ou seja, um por cento ao mês ou fração calculada sobre o imposto devido.

A exação contida na alínea "a" do inciso II do mesmo artigo não encontra respaldo legal, não podendo, portanto, ser aplicada ao caso, pois trata-se apenas de dispositivo regulamentar, o que não lhe dá o condão de criar nova hipótese de penalidade.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 11065.000438/97-92
Acórdão nº : 106-12.279

Com o advento da Lei 8.981, de 20.01.95, tal hipótese foi criada pelo seu art. 88, que dispõe, verbis:

"Art. 88. A falta de apresentação da declaração de rendimentos ou sua apresentação fora do prazo fixado, sujeitará a pessoa física ou jurídica:

II - à multa de 200 (duzentas) UFIR a 8.000 (oito mil) UFIR, no caso de declaração de que não resulte imposto devido.

Portanto, somente a partir do exercício de 1995 é que tal multa poderia ter sido exigida.

A aplicação da multa de ofício conjuntamente com aquela por atraso na entrega de declaração, referente ao exercício de 1995, implicaria em punir duplamente o contribuinte por uma mesma infração pois a base de incidência seria a mesma, o que não se pode admitir.

Sendo assim entendo que não restou descaracterizado o acréscimo patrimonial a descoberto por falta de comprovação hábil e idônea, devendo contudo, ser reformada a decisão recorrida quanto às multas, aos valores já pagos e às deduções pleiteadas.

Ante o exposto, conheço do Recurso por tempestivo a apresentado na forma da lei, para rejeitar a preliminar de cerceamento do direito de defesa, e quanto ao mérito dar provimento parcial para afastar as multas por atraso na entrega da declaração, relativas aos exercícios de 1994 e 1995, compensar o imposto retido na fonte e deduzir do crédito tributário remanescente os valores já pagos pelo contribuinte, conforme DARF juntado aos autos.

Sala das Sessões - DF, em 16 de outubro de 2001.

ROMEU BUENO DE CAMARGO